



Medida provisória do saneamento será alvo de ação no STF

A medida provisória que altera o marco legal do saneamento básico, publicada na segunda-feira (9), deverá ter sua constitucionalidade questionada no STF (Supremo Tribunal Federal). Associações ligadas ao setor de saneamento, agências reguladoras e entidades de municípios se reunirão na próxima semana, na quarta-feira (18), para debater quais pontos da MP poderão constar em uma ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade), afirmou Fernando Alfredo Rabello Franco, presidente da Abar (Associação Brasileira de Agências de Regulação). Um dos pontos da MP que deverão ser questionados é o que transforma a ANA (Agência Nacional de Águas) em uma agência reguladora federal de saneamento. A divergência vem do fato de que, pela Constituição, o saneamento é uma prerrogativa dos municípios. "A ANA é uma agência importante no setor de recursos hídricos, mas não tem competência, que é das agências municipais e estaduais", afirma Franco. Outro ponto que será questionado é o artigo que, na prática, obriga os municípios a realizar licitações na hora de contratar as concessionárias de saneamento básico. Até a publicação da MP, as cidades tinham a opção de firmar convênios diretamente com as companhias estaduais, para que estas fizessem o serviço. Só seria preciso uma concorrência caso o prefeito tivesse a intenção de contratar uma empresa privada.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 11/07/2018

Nova regra atrasará universalização do saneamento, diz ex-presidente da Sabesp

Para o engenheiro Jerson Kelman, que até maio deste ano presidia a Sabesp (concessionária de água e esgoto paulista), o novo marco regulatório do saneamento publicado pelo governo federal deverá atrasar a universalização do serviço. Ele defende a ampliação da participação das companhias privadas no setor, mas cobra medidas para que essas empresas também se responsabilizem pelos municípios sem infraestrutura, e não apenas pelo "filé-mignon".

Como o senhor enxerga o novo papel da ANA [Agência Nacional de Águas]?

Há um problema de fragmentação da regulação de saneamento no país. A MP tentou resolver isso com normas gerais feitas pela ANA. Não é absurdo, mas a agência vai ter de se capacitar, ela não tem hoje pessoal e conhecimento para isso. De fato, tinha de ter uma agência na esfera federal, que poderia até mesmo ser mais ambiciosa. Poderia ser uma agência que ficasse de "stand by", e os municípios poderiam delegar a regulação a ela.

Qual sua visão sobre o artigo que obriga a concorrência entre públicas e privadas?

Sou contra, da maneira que está. A princípio, parece razoável. Mas é muito fácil para uma empresa privada escolher os bons municípios e fazer uma proposta melhor. É fácil porque não vai pagar pelos ativos que a concessionária estadual construiu, que são investimentos milionários. Essa infraestrutura retornaria ao município, que por sua vez teria de indenizar a empresa estadual. Mas os municípios, em geral, são devedores e só vão pagar daqui a 15, 20 anos. Para o prefeito atual, é um espetáculo: ele consegue uma empresa privada que vai reduzir a tarifa, mas a conta chega só na gestão do prefeito futuro.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 11/07/2018

Brasil melhora em ranking de inovação, mas está longe de líderes até na América Latina

O Brasil subiu cinco posições no Índice Global de Inovação de 2018, mas ainda está longe de ser uma potência inovadora e, mesmo na América Latina, não consegue ficar entre os três países que são referência no tema. No ranking deste ano, o país ocupa a 64ª posição dentre as 126 economias avaliadas, segundo classificação anual divulgada nesta terça-feira (10). O índice é calculado em conjunto pela Universidade Cornell, da faculdade de administração *Insead* e da OMPI (Organização Mundial da Propriedade Intelectual). A Suíça se manteve na liderança global, enquanto a China entrou na lista das 20 economias mais inovadoras. Os Estados Unidos caíram da 4ª para a 6ª posição. Lorena Rivera, consultora em políticas de inovação da OMPI, diz que, no caso do Brasil e de outros latino-americanos, o nível de investimento em pesquisa e desenvolvimento é bom, mas isso não se traduz necessariamente em resultados e em mais inovação. “Há muitas razões que podem explicar isso, mas uma delas é que as políticas implementadas não são necessariamente de longo prazo”, diz. No caso do Brasil, mesmo quando o recorte é regional, o país ainda está longe de ser uma liderança em inovação.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 11/07/2018

CNI aponta índice do medo do desemprego acima da média histórica

Poucas vezes nos últimos 22 anos os brasileiros ficaram tão preocupados com o emprego quanto agora, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI). O Índice do Medo do Desemprego subiu para 67,9 pontos em junho, valor que está 4,2 pontos acima do registrado em março, e está entre os maiores da série histórica iniciada em 1996. Só em maio de 1999 e em junho de 2016, o indicador alcançou 67,9 pontos, informa a pesquisa divulgada nesta segunda-feira (9). Segundo a CNI, o índice está 18,3 pontos acima da média histórica de 49,6 pontos. O indicador varia de zero a 100 pontos. Quanto maior o índice, maior o medo do desemprego. De acordo com a pesquisa, o medo do desemprego cresceu mais para os homens e as pessoas com menor grau de instrução. Entre março e junho, o indicador subiu 5,6 pontos para os homens e 2,8 pontos para as mulheres. Para os brasileiros que têm até a quarta série do ensino fundamental, o índice subiu 10,4 pontos entre março e junho e alcançou 72,4 pontos. Entre os que tem educação superior, o índice subiu 0,6 ponto e passou de 59,9 para 60,5 pontos.

Leia mais: Agência Brasil – <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>

Indicadores de mercado de trabalho apresentam piora em junho

Os dois indicadores de mercado de trabalho da Fundação Getúlio Vargas (FGV) apresentaram piora em junho. O Indicador Antecedente de Emprego (laemp), que busca antecipar tendências do mercado de trabalho com base em entrevistas com consumidores e com empresários da indústria e dos serviços, caiu 5,6 pontos. Com a queda, o indicador atingiu 95,5 pontos em uma escala de zero a 200, próximo ao patamar de janeiro de 2017, quando o indicador atingiu 95,6 pontos. Essa é a quarta queda consecutiva do laemp, que acumulou perda de 11,5 pontos no primeiro semestre. De acordo com a FGV, a queda do indicador mostra a perda de confiança em uma maior geração de emprego ao longo dos próximos meses. “A atividade econômica mais fraca, observada pelos indicadores do primeiro semestre, reflete uma situação atual e futura dos negócios mais difícil. O crescimento está abaixo do previamente esperado e, com isso, a consequência deverá ser menor contratação”, afirma o economista da FGV Fernando de Holanda Barbosa Filho. Já o Indicador Coincidente de Desemprego, calculado com base na opinião dos consumidores sobre o mercado de trabalho atual, piorou 0,6 ponto. Foi a segunda piora consecutiva. O indicador atingiu 97,1 pontos em uma escala de zero a 200, em que quanto maior a pontuação, pior é o desempenho do indicador.

Fonte: Agência Brasil – <http://cnti.org.br/html/noticias.htm>